

TEP Termoelétrica Potiguar S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
TEP Termoelétrica Potiguar S.A.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da TEP Termoelétrica Potiguar S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da TEP Termoelétrica Potiguar S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16.c) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a controlada Companhia Energética Manauara (“CEM”), em 2023, depositou judicialmente o montante de R\$15.593 mil, entretanto ainda não finalizou a análise sobre o reconhecimento do respectivo passivo. Consequentemente, não foi possível concluir, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, sobre os possíveis efeitos desse assunto sobre o saldo de imposto de renda e contribuição social a recolher nas demonstrações financeiras, assim como seus possíveis efeitos nas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e as suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e assecuração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a qual descreve que a totalidade da receita da controlada CEM é proveniente exclusivamente do contrato de arrendamento mercantil financeiro com a Centrais Elétricas do Norte S.A., o qual será encerrado em maio de 2025, e a CEM possui expectativa de descontinuar a operação ao término do contrato. Esse evento indica a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

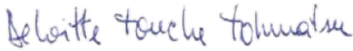
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

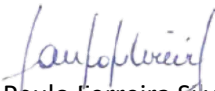
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 24 de março de 2025


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA


Paulo Ferreira Silveira
Contador
CRC nº 1 BA 028799/O-3

Aos Senhores Acionistas,

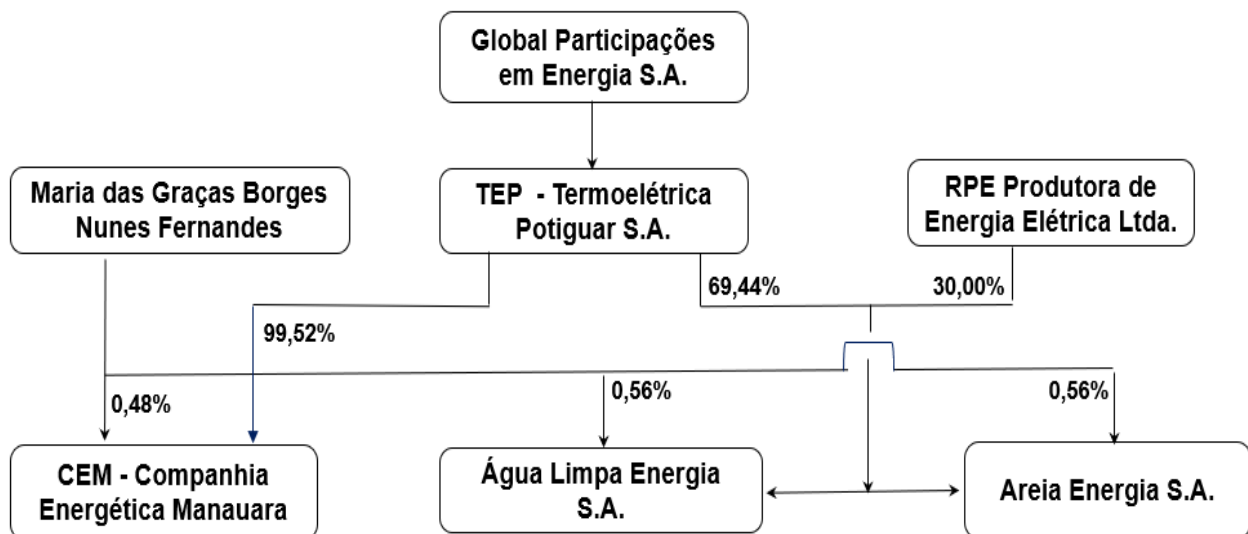
A Administração da TEP Termoelétrica Potiguar S.A. (“Companhia”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos senhores seu Relatório Anual, contendo uma síntese dos fatos ocorridos e julgados relevantes, e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A TEP iniciou suas atividades em janeiro de 2002, como Produtor Independente de Energia (PIE) e, posteriormente, participando societariamente em empresas dos segmentos de geração termoelétrica (UTE) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), nos estados do Amazonas e do Tocantins.

Em 23 de novembro de 2021, a TEP incorporou a GFT Participações S.A. (“GFT”) e a GFM Participações S.A. (“GFM”), constituídas em 09/02/2021, para adquirir participações minoritárias da própria TEP e da Companhia Energética Manauara (“CEM”), respectivamente 20% e 40%, detidas pela Petrobras, em processo amparado pelo Decreto 9.188/2017, que instituiu o desinvestimento de ativos pelas sociedades de economia mista federais.

Assim, a TEP que já atua como “holding”, ampliou sua participação no capital das sociedades, como indicado no organograma societário abaixo:



SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA

O Grupo Global adota estratégias voltadas para a sustentabilidade socioambiental, alinhando-se às diretrizes do conceito ESG (“Environmental, Social and Governance”). A Companhia investe continuamente no aprimoramento de sua Governança Corporativa, promovendo uma gestão preventiva e mitigadora de riscos operacionais e organizacionais.

Como parte de seu compromisso com a transparência e a responsabilidade socioambiental, o Grupo Global elabora e divulga anualmente, em seu portal institucional, o Relatório de Responsabilidade Socioambiental e Econômico-Financeiro da GPE referente ao ano anterior. Esse relatório traz as ações adotadas pelo Grupo para promover a harmonia entre os aspectos sociais, ambientais e econômicos.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2024, as usinas sob controle da TEP operaram conforme os parâmetros contratuais estabelecidos:

- As vendas decorreram da produção de energia elétrica das PCHs (Água Limpa Energia S.A. e Areia Energia S.A.), que injetaram no sistema 140.735 MWh (141.598 MWh, em 2023), inferior a 2023 em razão da significativa redução da energia natural afluyente.
- “Leasing” financeiro e serviços de operação e manutenção da usina termoelétrica da CEM, que assegurou uma potência de 61,80 MW (61,80 MW, em 2023) à Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte), superando a disponibilidade contratual, gerando e injetando no sistema 542.836 MWh (541.393 MWh, em 2023).

Em 2024, o Plano de Segurança de Barragem da usina foi acompanhado pela empresa Geometrisa, que emitiu o Relatório de Inspeção Regular (ISR) e o Relatório de Auscultação Civil, estando a situação do empreendimento conforme os padrões normativos, e realizou os simulados de evacuação interna e externa, seguindo os procedimentos descritos no Plano de Ação de Emergências da usina.

As autorizações das PCHs para atuação como PIE podem ser prorrogadas a pedido das Companhias e a critério da Aneel. Não havendo prorrogação, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União ou poderá ser exigido que restabeleçam, por sua conta, o livre escoamento das águas.

A CEM tem contrato para o fornecimento exclusivo de energia firme gerada (potência de 60 MW) à Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte), que incorporou a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S/A (AmGT), sucessora da Amazonas Energia (AME). O contrato tem vigência por vinte anos (até maio de 2025) e, ao seu término, os bens e instalações da UTE serão revertidos e passarão a integrar o patrimônio da Eletronorte.

Em razão das obrigações e direitos estabelecidos em contrato, que, dentre outras condições, representa a transferência de riscos e benefícios relevantes para a Eletronorte, essa operação se caracteriza como arrendamento mercantil, sob a égide do CPC 06 (R2).

A CEM, em 2021, contratou a Wärtsilä para uma nova conversão de seus cinco conjuntos motores (quatro em operação e um reserva) para a modalidade SG, com operação com 100% gás natural, sem necessidade de compressor de gás. A conversão do último conjunto motor foi concluída em 30 de janeiro de 2022. Os motores convertidos tiveram seus horímetros zerados e voltaram ao estado de motores novos, com menor custo de operação e manutenção. O investimento total no projeto foi de R\$124 milhões. Considerou-se para viabilizar o projeto o reembolso via Sub-rogação da Conta de Consumos de Combustíveis (CCC).

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

As demonstrações financeiras acompanhadas do relatório dos auditores independentes, no entendimento da Administração, refletem adequadamente os controles e os valores contabilizados pela Companhia, registrando de forma objetiva todos os riscos e contingências associados ao negócio.

Os comentários a seguir devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas auditadas. O desempenho econômico-financeiro consolidado de 2024, comparativamente ao de 2023, está influenciado pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) em 2024, que reajusta tarifas e serviços.

Observe-se a seguir os resultados consolidados de 2024, comparativamente com as informações relativas ao exercício de 2023 (entre parênteses):

Receita Operacional Líquida consolidada (ROL): R\$124,1 milhões (R\$123,2 milhões em 2023), registrando aumento de 0,7%, com destaque para a maior contribuição de sua controlada CEM.

Custos e Despesas Operacionais consolidados: R\$56,2 milhões (R\$49,4 milhões em 2023), refletindo um aumento de 13,9%, que decorreu, principalmente, do aumento nos gastos da controlada CEM, já que em 2024 foram realizadas manutenções preventivas de grande porte de 18 mil horas das suas 5 unidades geradoras.

EBITDA consolidado (Lucro antes dos Juros, Impostos e Depreciação/Amortização - medição não contábil calculada pela Administração para geração operacional de caixa): R\$74,5 milhões (R\$81,5 milhões em 2023), apresentando redução de 8,6%, em razão da combinação do aumento nos custos e despesas operacionais.

Lucro Operacional consolidado: R\$67,8 milhões (R\$73,9 milhões em 2023), registrando redução de 8,2%, refletindo o aumento dos custos e despesas operacionais, comentado acima.

Resultado Financeiro consolidado: superavitário de R\$62,5 milhões (R\$106,5 milhões, em 2023). Redução de 41,3%, explicada pelo ganho da ação judicial movida pela CEM contra a Amazonas Distribuidora de Energia S.A., visando a cobrança das parcelas em aberto relativas a combustível, no montante de R\$50,1 milhões recebido em 2023.

Lucro Líquido do Exercício: R\$122,9 milhões (R\$173,2 milhões de 2023), apresentando redução de 29,0%, explicado pelo ganho da ação judicial movida pela CEM, citado acima.

Contas a Receber: R\$46,4 milhões (R\$46,7 milhões em 2023), referente ao saldo de recebíveis junto à Eletronorte, com valores a vencer nos próximos dois meses.

Capital de Giro: Capital Circulante Líquido consolidado, positivo de R\$59,3 milhões (positivo R\$115,9 milhões em 2023), uma redução 48,9%, explicado pelo saldo de dividendos e JSCP a pagar e resgate de ações na controlada CEM.

Disponibilidades consolidados: (caixa e aplicações financeiras) totalizaram R\$37,2 milhões (R\$30,6 milhões em 2023), redução de 21,6%.

As projeções para o fluxo de caixa da Companhia, decorrente de gestão austera, preservando a confiabilidade dos ativos, denotam uma real capacidade de absorção da totalidade dos investimentos realizados, bem como para cumprir os compromissos até então assumidos junto aos credores e fornecedores.

Agradecimentos

A Administração agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e comunidades da área de atuação de suas empresas controladas, pela confiança depositada na TEP no exercício social de 2023. Agradece ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação no cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

Salvador, 24 de março de 2025

Jones Aranha de Sá
Presidente do Conselho de Administração

TEP TERMOELÉTRICA POTIGUAR S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023			31/12/2024	31/12/2023		
CIRCULANTES						CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	5	103	2.856	37.166	30.571	Fornecedores	14	-	-	6.912	9.067
Contas a receber	6	-	-	46.379	46.742	Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	1.609	1.245
Arrendamento mercantil a receber	8	-	-	25.676	62.386	Obrigações tributárias		422	1.122	6.836	6.359
Impostos a recuperar	7	1.955	3.300	8.317	10.006	Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	685	74	771
Estoques		-	-	16.181	17.631	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	17	60.534	36.333	62.412	40.891
Dividendos e juros sobre capital próprio		4.268	30.041	-	-	Outras contas a pagar		-	-	779	1.915
Outras contas a receber	10	-	-	4.163	8.796	Total dos passivos circulantes		60.956	38.140	78.622	60.248
Total dos ativos circulantes		6.326	36.197	137.882	176.132						
NÃO CIRCULANTES						NÃO CIRCULANTES					
Arrendamento mercantil a receber	8	-	-	-	21.202	Impostos diferidos	15	-	-	1.907	8.542
Depósitos judiciais	16	492	492	16.544	16.410	Outras contas a pagar		-	-	1.703	1.628
Investimentos	11	213.434	239.793	-	-	Total dos passivos não circulantes		-	-	3.610	10.170
Imobilizado	12	-	-	114.896	120.883	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Intangível	13	1.372	1.568	9.536	10.124	Capital social		106.002	106.002	106.002	106.002
Total dos ativos não circulantes		215.298	241.853	140.976	168.619	Reservas de lucros		54.666	133.908	54.666	133.908
						Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		160.668	239.910	160.668	239.910
						Participação de acionistas não controladores		-	-	35.958	34.423
						Total do patrimônio líquido	17	160.668	239.910	196.626	274.333
TOTAL DOS ATIVOS		221.624	278.050	278.858	344.751	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		221.624	278.050	278.858	344.751

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TEP TERMOELÉTRICA POTIGUAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação - em reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	-	-	124.052	123.243
CUSTOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	20	-	-	(46.384)	(38.220)
LUCRO BRUTO		-	-	77.668	85.023
Receitas (despesas) operacionais:					
Despesas gerais e administrativas	20	(444)	(391)	(14.949)	(14.140)
Outras receitas operacionais, líquidas	20	(1.772)	-	5.090	2.998
Resultado de equivalência patrimonial	11	109.605	165.802	-	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		107.389	165.411	67.809	73.881
Resultado financeiro:					
Receitas financeiras	21	339	(2.457)	63.255	112.469
Despesas financeiras	21	(228)	(3.687)	(732)	(5.929)
Total		111	(6.144)	62.523	106.540
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		107.500	159.267	130.332	180.421
Imposto de renda e contribuição social:					
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(4.034)	(5.496)	(26.326)	(25.158)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	-	-	6.635	5.861
Incentivo fiscal do imposto de renda	18	-	-	12.276	12.093
Total		(4.034)	(5.496)	(7.415)	(7.204)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		103.466	153.771	122.917	173.217
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$				1,160	1,634
Lucro líquido do exercício atribuível a:					
Acionistas controladores				103.466	153.771
Acionistas não controladores				19.451	19.446
				122.917	173.217

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TEP TERMOELÉTRICA POTIGUAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	103.466	153.771	122.917	173.217
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>103.466</u>	<u>153.771</u>	<u>122.917</u>	<u>173.217</u>
Lucro líquido do exercício atribuível a:				
Acionistas controladores			103.466	153.771
Acionistas não controladores			<u>19.451</u>	<u>19.446</u>
			<u>122.917</u>	<u>173.217</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TEP TERMOELÉTRICA POTIGUAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Atribuível a proprietários da controladora	Participação de acionistas não controladores	Total
			Reserva legal	Reserva dos lucros retidos				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		106.002	17.706	68.066	-	191.774	38.232	230.006
Lucro líquido do exercício	17	-	-	-	153.771	153.771	19.446	173.217
Destinação do lucro:	17							
Constituição de reserva legal	17	-	3.494	-	(3.494)	-	-	-
Dividendos adicionais pagos de anos anteriores (R\$0,37 por lote de mil ações)	17	-	-	(68.066)	-	(68.066)	(9.634)	(77.700)
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,72 por ação)	17	-	-	-	(37.569)	(37.569)	(13.621)	(51.190)
Constituição de reserva de lucros	17	-	-	112.708	(112.708)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		106.002	21.200	112.708	-	239.910	34.423	274.333
Lucro líquido do exercício	17	-	-	-	103.466	103.466	19.451	122.917
Destinação do lucro:	17							
Dividendos adicionais pagos de anos anteriores (R\$0,64 por lote de mil ações)	17	-	-	(112.708)	-	(112.708)	(9.575)	(122.283)
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,17 por ação)	17	-	-	-	(25.867)	(25.867)	(3.082)	(28.949)
Dividendos intercalares 2024 (R\$0,17 por ação)	17	-	-	-	(44.133)	(44.133)	(5.259)	(49.392)
Constituição de reserva de lucros	17	-	-	33.466	(33.466)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		106.002	21.200	33.466	-	160.668	35.958	196.626

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TEP TERMOELÉTRICA POTIGUAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		103.466	153.771	122.917	173.217
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	20	196	195	6.712	7.627
Valor residual na baixa de ativo imobilizado	12	-	-	7	14
Variação cambial líquida	21	-	-	281	(14)
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos, líquidos do bônus de adimplência		-	2.777	-	4.342
Amortização do custo de captação sobre empréstimos e financiamentos		-	733	-	1.160
Rendimento de depósitos bancários vinculados		-	-	-	(100)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	-	-	(6.635)	(5.861)
Reversão do ajuste a valor presente	8 e 21	-	-	(4.474)	(8.806)
Resultado da equivalência patrimonial	11	(109.605)	(165.802)	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		-	-	363	1.805
Arrendamento mercantil a receber		-	-	62.386	62.485
Estoques		-	-	1.450	(3.571)
Impostos a recuperar e Imposto de renda e contribuição social a recuperar		1.345	269	1.688	11.698
Outras contas a receber		-	416	4.633	43.528
Depósitos judiciais		-	-	(134)	(15.593)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		-	(2)	(2.438)	2.990
Impostos a recolher		264	2.119	5.537	12.545
Obrigações sociais e trabalhistas		-	(135)	366	(130)
Outras contas a pagar		-	-	(1.061)	1.892
Caixa gerado pelas atividades operacionais		(4.334)	(5.659)	191.598	289.228
Impostos de renda e contribuição social pagos		(1.647)	(777)	(5.768)	(17.119)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos		-	(2.777)	-	(5.132)
Dividendos Recebidos		131.879	204.189	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		125.898	194.976	185.830	266.977
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de imobilizado e intangíveis	12	-	-	(145)	(772)
Aplicações financeiras		-	-	-	6.363
Resgate de ações	11	29.856	-	-	-
Recebimento de empréstimo de partes relacionadas		-	11.116	-	11.116
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		29.856	11.116	(145)	16.707
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Pagamento de empréstimos e financiamentos		-	(82.029)	-	(147.574)
Resgate de ações		-	-	(144)	-
Dividendos pagos	17	(158.507)	(121.588)	(178.946)	(143.819)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(158.507)	(203.617)	(179.090)	(291.393)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(2.753)	2.475	6.595	(7.709)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	2.856	381	30.571	38.280
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	103	2.856	37.166	30.571
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(2.753)	2.475	6.595	(7.709)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TEP TERMOELÉTRICA POTIGUAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A TEP é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada pela Global Participações em Energia S.A. (“GPE”), com sede em Salvador, Bahia, constituída em 10 de janeiro de 2002, tendo por objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica em todo o território nacional, sob a forma de Produtor Independente de Energia Elétrica (“PIE”), bem como a participação em outras empresas que tenham por objeto a geração e comercialização de energia elétrica em todo o território nacional.

A TEP possui participações societárias diretas nas seguintes empresas em 2024:

- Companhia Energética Manauara (“CEM”), sociedade anônima de capital fechado com sede em Manaus, Amazonas. Iniciou suas operações em 22 de setembro de 2006, e opera uma unidade termoeletrica (“UTE”) com capacidade instalada de 73.400 kW. A partir de maio de 2025 a Companhia será descontinuada conforme nota explicativa 1.4.
- Toda a energia firme gerada é transferida para a Eletronorte, com base no Contrato de Suprimento de Energia - 1.820/2005 (“Contrato”) firmado em 20 de maio de 2005, com compromisso mensal de entrega de 60 MW médios e vigência de 20 anos. Findo o prazo, a usina será revertida para o patrimônio da Eletronorte.
- A Eletronorte é responsável por operar e manter os equipamentos de conexão de sua propriedade e assegurar a conexão dos pontos de entrega de energia com o sistema elétrico. A operação caracteriza-se como arrendamento, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 06 (R2) (Arrendamentos), uma vez que o prazo do contrato se refere à maior parte da vida econômica do ativo, além de haver a transferência da propriedade da usina no fim do contrato, quando haverá uma notificação prévia à Aneel.
- Água Limpa Energia S.A. (“AGL”) é uma sociedade por ações de capital fechado com sede em Dianópolis - Tocantins. Estabeleceu-se como PIE, nos termos da Resolução Autorizativa Aneel nº 422, de 23 de janeiro de 2006 e dispõe de uma pequena central hidrelétrica (“PCH”) no rio Palmeiras, com 14 MW de potência instalada. A autorização foi estabelecida com prazo original de 30 anos e por meio da Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, o prazo de outorga foi estendido até 15 de maio de 2045.
- A AGL entrou em operação comercial em 21 de dezembro de 2010, nos termos do Despacho Aneel nº 3.968, de 20 de dezembro de 2010, pelo prazo de 20 anos e vigência até 29 de outubro de 2030, no âmbito da primeira etapa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa.
- Areia Energia S.A. (“ARE”) é uma sociedade por ações de capital fechado com sede em Dianópolis - Tocantins. Estabeleceu-se como PIE, nos termos da Resolução Autorizativa Aneel nº 421, de 23 de janeiro de 2006 e dispõe de uma pequena central hidrelétrica (“PCH”) no rio Palmeiras, com 11,4 MW de potência instalada. A autorização foi estabelecida com prazo original de 30 anos e por meio da Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, o prazo de outorga foi estendido até 19 de agosto de 2045.

- A ARE entrou em operação comercial em 25 de fevereiro de 2011 nos termos do Despacho Aneel nº 838, de 24 de fevereiro de 2011, pelo prazo de 20 anos e vigência até 21 de janeiro de 2031, no âmbito da primeira etapa do Proinfa.
- Para as PCHs, ao final destes prazos, não havendo prorrogação, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados no balanço regulatório, ou poderá ser exigido que a autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original, e a depreciação regulatória apurada por auditoria do Poder Concedente, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da Aneel.

1.1. Mecanismo de Realocação de Energia

As Controladas Areia Energia S.A. e Água Limpa Energia S.A. fizeram opção por participar do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia, tendo, portanto, compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de ser inscrita e contratada no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à ENBPar (Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A.) que, por sua vez, é responsável por enviar às integrantes do MRE os montantes relativos ao custo (em caso de geração abaixo do contratado) ou receita (caso as empresas gerem energia acima do contratado). Essas controladas realizam a contabilização da provisão pela competência e, no fim do ano, o saldo é dividido em 12 parcelas e deduzido ou acrescido na fatura do ano subsequente.

1.2. Repactuação de riscos hidrológicos

Conforme estabelecido na Medida Provisória nº 688, em dezembro de 2015, o governo sancionou a Lei nº 13.203 que trata da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, com efeito iniciando em 2015.

As Controladas AGL e ARE aderiram à repactuação do risco hidrológico em 2016, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico ("SP100") ao Consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de R\$9,50/MWh (data-base de janeiro de 2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até o fim dos contratos de venda de energia.

Devido ao fato de que as Controladas AGL e ARE aderiram à repactuação em 2016 e os efeitos são retroativos a 2015, houve a contabilização da reversão do custo do "Generation Scaling Factor - GSF" de 2015 e, em contrapartida, a contabilização do custo do prêmio do ano.

Desde 2016, devido ao não recebimento do cálculo do custo/receita do MRE por parte da Eletrobras, as PCHs contabilizaram uma provisão do saldo com base em estudos de consultoria energética e no montante do prêmio atualizado. Conforme repactuação assinada, a Eletrobras tem o direito de realizar o desconto do custo do MRE original de 2015 (considerando o GSF) nas faturas emitidas posteriormente, mas tal desconto começou a ser efetuado apenas em 2019.

O montante do GSF repactuado líquido do prêmio considerando as provisões do MRE na data-base 31 de dezembro de 2023 é negativa de R\$6 (positiva de R\$42 em 2022) para a ARE e negativa de R\$103 (negativa de R\$59 em 2022) para a AGL. As controladas acompanham tais retenções com base na planilha de controle previamente divulgada pela Eletrobras.

No exercício de 2023, foram reconhecidos nos resultados das Controladas os montantes de R\$1.208 (R\$1.124, 2022) para a ARE e negativo de R\$1.618 (negativo de R\$1.504 em 2022) para a AGL, referente à provisão de receita do MRE, contabilizada líquida da despesa de apropriação do prêmio do risco hidrológico repactuado na rubrica de receita de vendas de energia.

Em 13 de julho de 2021 foi publicada a Lei 14.182/2021 acerca da desestatização da Eletrobras, dentre outros temas. Em seu Art. 18, a referida lei alterou a Lei 13.203/2015 (Repactuação do Risco Hidrológico) no sentido de permitir a compensação de hidrelétricas participantes do MRE pelo GSF causado por hidrelétricas com prioridade de licitação e implantação antes de 2015 (data de início da repactuação de risco hidrológico firmada em 2016). Com base nesse novo marco legal, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE calculou que a fração do GSF de 2013 e 2014 relacionada a tais eventos trouxeram para as Companhias impacto financeiro atualizado de R\$4.152 da ARE e de R\$5.565 da AGL. Por sua vez, a Aneel homologou o cálculo da CCEE e o transformou em prazo de extensão de outorga (768 dias - ARE e 754 dias - AGL), para sua devida compensação, publicando a Resolução Homologatória nº 2.932 em 17 de setembro de 2021. Para aceitar essa compensação, o agente deveria requerer a extensão de sua outorga e renunciar a qualquer pretensão judicial de limitação percentual de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, o que foram feitos pelas Controladas em outubro de 2021, com a apresentação do Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga à Aneel, dentro do prazo de 60 dias da publicação da Resolução Homologatória.

Apesar de a Aneel ter homologado o valor calculado pela CCEE, as Controladas apontaram para a agência a necessidade de recalculer o correspondente prazo de extensão de outorga (768 dias para ARE e 754 dias para AGL, segundo REH 2.932/2021), de modo a considerar o novo termo final da autorização, posto que este foi alterado pela Resolução Autorizativa nº 11.131/2022 ainda em fevereiro. O Pedido de Reconsideração da Companhia foi reconhecido pela Aneel pelo Despacho nº 921, de 5 de abril de 2022, e a CCEE apresentou novos cálculos às áreas técnicas da agência, a nova Resolução Homologatória (REH 3.242/2023) foi publicada apenas em agosto de 2023, com consequente aprovação do novo termo final da autorização pela Resolução Autorizativa 14.896, de 10 de outubro de 2023.

Desta maneira, as PCHs reconheceram um ativo intangível constituído pela repactuação do risco hidrológico ao valor justo (R\$4.152 - ARE e R\$5.565 - AGL), considerando as informações calculadas pela CCEE e Aneel e observando os aspectos e condições previstas no CPC 04 - Ativo Intangível. O valor está sendo amortizado à taxa de 4,85% (5,40%, em 2022) até 19 de agosto de 2045 para ARE e 3,93% (5,46%, em 2022) até 15 de maio de 2045 para AGL. Em dezembro de 2023, já havia sido amortizado o montante de R\$201 (R\$224, em 2022) na ARE e R\$272 (R\$287, em 2022) na AGL. Entende-se que o recálculo previsto do prazo de extensão não altera o valor do ativo intangível divulgado e reconhecido.

1.3. Finalização do arrendamento da controlada CEM

A expectativa da Administração é de descontinuidade operacional da controlada, após o encerramento do contrato (maio de 2025).

A Administração analisou as principais rubricas do Balanço Patrimonial de modo a assegurar o cumprimento dos compromissos assumidos diante da provável descontinuidade operacional da Companhia após o encerramento do Contrato, e está convencida de que poderá cumprir todas as obrigações assumidas com os bancos, fornecedores e demais credores da unidade geradora de caixa, conforme as projeções financeiras, materializadas em planejamento de fluxos de caixa da Companhia e em seu plano plurianual de negócios.

1.4. Continuidade operacional

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que haja intenção de cessar suas operações e liquidar a Companhia e suas Controladas.

A Administração da Companhia e de suas controladas, responsáveis pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis, destacam que há uma possível descontinuidade operacional para a Controlada CEM, após o encerramento do contrato (maio de 2025).

Para as controladas AGL e ARE, a Lei 14.120/2021 alterou o art. 26 da Lei nº 9.427/1996, permitindo ao gerador com autorização de 30 (trinta) anos, cuja usina estava em operação em 1º de setembro de 2020 e que não tenha sido objeto de qualquer espécie de penalidade pela Aneel quanto ao cumprimento do cronograma de sua implantação, ter seu prazo de autorização contado a partir da declaração da operação comercial da primeira unidade geradora, após o reconhecimento pela Aneel do atendimento aos critérios. Em julho de 2021, a Companhia solicitou a adequação de sua autorização com base no novo marco legal. Em outubro daquele ano, a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração atestou que a usina não foi punida por atrasos de implantação. Após apreciação de outra área técnica e, também da Diretoria, finalmente em 8 de fevereiro de 2022 a Aneel aprovou a Resolução Autorizativa nº 11.131/2022 (publicada em 23/02/2022), que estabelece nova vigência da autorização da Companhia até 21/12/2040 para AGL e 25/02/2041 para ARE.

Em outubro de 2023, após a aprovação da Resolução Autorizativa nº 14.896 as controladas tiveram nova extensão do contrato de concessão, com vigência até 15/05/2045 para AGL e 19/08/2045 para ARE.

Conforme citado anteriormente, a controlada CEM tem previsão do encerramento do contrato de arrendamento em maio de 2025, e caso não haja investimento em novo negócio pela TEP, a Companhia manterá a gestão das PCHs até o encerramento dos seus contratos, período o qual irá garantir os investimentos necessários nestas duas geradoras.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e as normas da Aneel, quando estas não forem conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Autorização da conclusão das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 24 de março de 2025, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre as demonstrações individuais e consolidadas.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Por esta razão, as estimativas e premissas são revistas periodicamente.

Julgamento

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

A Companhia não tem premissas e estimativas que representem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, bem como não apresenta julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas anualmente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Itens significativos que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a maiores graus de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste relevante caso estas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro, incluem a avaliação e realização do arrendamento, a recuperação do valor dos ativos, incluindo:

- NE nº 9 - Arrendamentos CPC 06 (R2).

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas anualmente.

Mensuração a valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (“non-performance”).

As políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo.

Isso inclui uma equipe interna de avaliação que tem a responsabilidade de revisar por meio de seus modelos todas as mensurações significativas de valor justo.

A avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos. A expertise da Companhia e as práticas utilizadas no setor de energia são ferramentas para mensuração do valor justo. A equipe interna de avaliação analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (“inputs”) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: “inputs”, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: “inputs”, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

3. SUMÁRIO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

Base para consolidação

As demonstrações financeiras das controladas AGL, ARE e CEM são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a TEP obteve controle.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método da equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Na preparação dessas demonstrações financeiras, as controladas são consolidadas a partir da data em que a Companhia assume o controle até a data em que o controle cessa. Todas as transações entre a TEP e suas controladas diretas são eliminadas integralmente.

Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros não foram reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor justo por meio de resultado):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza anualmente uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Inclui-se questões de: estratégia da Administração quanto aos juros contratuais, a manutenção das taxas de juros, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos.
- Como o desempenho operacional é avaliado e reportado à Administração da Companhia.
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

O “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa.
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis.
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo.
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a Companhia mantém os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e a valor justo.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como contas a receber de clientes, depósitos judiciais, fornecedores, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa mantido pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes a caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, conforme método de alocação exigido de acordo com o CPC 48. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base numa análise prospectiva dos saldos vencidos e a vencer com base no histórico de perda com clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

Arrendamentos

Arrendador

A classificação dos contratos de arrendamento é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o exercício do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Companhia retém, substancialmente, os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Eles são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

No caso da controlada CEM, o seu parque gerador está contratado para o fornecimento exclusivo de energia elétrica para a Eletronorte e, no fim do contrato, esses bens serão transferidos à contratante.

O contrato com a Eletronorte, entre outras condições, representou a transferência de riscos e benefícios relevantes e, portanto, configurou-se como um contrato de arrendamento financeiro.

Na contabilização inicial, o valor presente dos fluxos de receita do contrato apurado foi contabilizado como arrendamento a receber, utilizando-se uma taxa de 8,08% ao ano, que equivale ao custo médio de captação de recursos obtidos pela controlada em contrapartida do patrimônio líquido.

Nos exercícios seguintes, o saldo a receber é ajustado pelos recebimentos das parcelas da contratante e atualizado pela taxa de juros anteriormente aplicada na apuração do seu ajuste a valor presente, reconhecendo a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M sobre os valores a receber, com base em cláusula contratual. A contrapartida da atualização pelos juros é contabilizada em receita financeira.

Estoques

São registrados pelo custo de aquisição e sua realização se dá através da média ponderada do custo de aquisição. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou da obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumulada.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Depreciação

A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução Aneel nº 474/12, desde que limitada ao prazo de autorização como produtor independente de energia. A vida útil econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Redução ao valor recuperável ("Impairment")

Anualmente a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos financeiros e não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Instrumentos financeiros

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas ("forward-looking").

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso e, portanto, com base em suas análises não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos.

Instrumentos não financeiros

O valor recuperável de um ativo imobilizado é o maior entre o valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. O valor recuperável de um ativo deve ser estimado para cada uma das unidades que geram caixa (UGC). Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. A Companhia avalia, ao menos na data do balanço, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Intangível

Formado por gastos com direitos de outorga, de uso de software e de direito de passagem, que são amortizados pelo método linear de acordo com o critério mencionado na nota explicativa nº 14.

Foi reconhecido um ativo intangível pela repactuação do risco hidrológico ao valor justo (R\$4.152 - ARE e R\$5.565 - AGL), considerando as informações calculadas pela CCEE e Aneel e observando os aspectos e condições previstas no CPC 04 - Ativo Intangível. O valor está sendo amortizado à taxa de 4,08% (4,85%, em 2023) até 19/08/2045 para ARE e 4,12% (4,89%, em 2023) até 15/05/2045 para AGL. Em dezembro de 2024, já havia sido amortizado o montante de R\$669 (R\$504, em 2023) na ARE e R\$904 (R\$675, em 2023) na AGL. Ver nota explicativa nº 1.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos previstos em contrato.

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados como despesa no exercício em que são incorridos.

Subvenção e assistência governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do exercício, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do pronunciamento técnico CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais.

A controlada CEM tem os benefícios da CCC para reembolso da conversão dos motogeradores e o benefício da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM para geração de energia, correspondente à redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração.

Imposto de renda e contribuição social - corrente

As despesas de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos.

Para a controlada CEM, tributada com base no lucro real, as alíquotas aplicáveis são de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A controlada CEM goza de benefício fiscal para investimento na Região Norte (SUDAM) para geração de energia, correspondente a redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, com vigência de dez anos a partir de 2007, renováveis por igual período. A controlada CEM efetuou a renovação do benefício em 2017 com término em 2026. O valor do incentivo é registrado como receita no resultado, durante o período necessário para confrontar com a despesa que o benefício fiscal pretende compensar e, posteriormente, é destinado a reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

A controlada CEM faz uso do Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac com base na lei de incentivo fiscal nº 8.313/91, destinando até 4% do imposto devido para este fim.

As controladas AGL e ARE, nos exercícios de 2023 e 2024 apuram o IRPJ e a CSLL pelo regime de apuração do lucro presumido.

As alíquotas para a presunção do lucro são de 8% para base de cálculo do IRPJ e 12% para base de cálculo da CSLL aplicáveis sobre a receita bruta das Controladas; sobre tais bases aplicam-se as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL, assim como determina a legislação tributária aplicável a empresas enquadradas no lucro presumido.

Incluem-se na base de cálculo do IRPJ e da CSLL as receitas financeiras incorridas no período; estas não possuem margem para redução de lucro, aplicando-se diretamente as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos

O tributo diferido da CEM é reconhecido com base nas diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os valores correspondentes usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Para as controladas AGL e ARE, o tributo vinha sendo contabilizado e realizado até 2015, mas com a adoção do lucro presumido em 2016 (em que não existe a figura do tributo diferido), não houve novas adições no ano e a realização foi por meio da venda do prejuízo fiscal e base negativa para a parte relacionada Companhia Energética Potiguar.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos resultados projetados da Companhia.

Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto do fluxo de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Uma provisão deve ser reconhecida quando a Companhia e suas Controladas:

- (a) Tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado.
- (b) Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.
- (c) Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Reconhecimento da receita

O contrato de comercialização de energia elétrica é realizado no ambiente regulado, estando integralmente registrado na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), responsável pela contabilização e liquidação do sistema interligado nacional.

Para as controladas ARE e AGL

A comercialização de energia elétrica é realizada no Ambiente de Comercialização Regulado - ACR, sendo resultado da primeira etapa do Proinfa, de modo que o preço da energia foi estabelecido no processo licitatório e anualmente é reajustado por IGP-M. Os contratos Proinfa foram firmados com a Eletrobras que, por sua vez, tem os volumes registrados na CCEE, responsável pela contabilização e liquidação do sistema interligado nacional. Os custos do Proinfa são rateados entre todas as classes de consumidores finais atendidas pelo Sistema Elétrico Interligado Nacional, proporcionalmente ao consumo verificado.

As PCHs possuem receita fixa correspondente ao produto do preço pela energia contratada. Ocorre que as controladas ARE e AGL participam do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, onde é compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Deste modo, as medições do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e contabilizadas pelas Controladas ARE e AGL por competência e, ao fim do ano, o saldo é dividido em 12 parcelas e deduzido ou acrescido nas faturas do ano subsequente.

O reconhecimento contábil da receita decorre dos valores a serem faturados ao cliente de acordo com a metodologia e preço estabelecido no contrato com a Eletrobras, somado aos ajustes financeiros resultantes do MRE e contabilização na CCEE. Os mecanismos explicados acima resultam em um tipo de fluxo de receita, como segue:

- Receita com venda de energia: refere-se à integralidade da energia contratada pela Eletrobras (preço x energia contratada).

A receita de fornecimento de energia é reconhecida no resultado em virtude de sua realização pela competência, com base nos valores estabelecidos no contrato de compra e venda de energia no âmbito do Proinfa. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Para a controlada CEM

Os contratos de comercialização de energia elétrica são realizados nos ambientes comerciais abertos e regulados do Brasil, estando integralmente registrados na CCEE, agente responsável pela contabilidade e liquidação do sistema integrado nacional.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado resulta do processamento da medição física (geração), ajustada às perdas proporcionais relacionadas ao sistema informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita decorre dos valores a serem faturados ao cliente de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustados aos montantes de energia efetivamente gerados, quando aplicável. Esses ajustes decorrem dos mecanismos da CCEE que verificam a exposição líquida da Controlada CEM (venda, geração e compras), denominados balanço de energia, que credita ou debita a diferença entre a venda da Companhia e a geração efetiva, geralmente pelo valor do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Os mecanismos explicados acima resultam em dois tipos de fluxos de receita, como segue:

Receita com venda da potência contratada (obrigações de desempenho ao longo do tempo): refere-se à receita fixa, reconhecida pelo contrato de disponibilidade da usina. Corresponde assim ao valor de remuneração anual da Companhia apresentado no leilão, que inclui, na determinação do preço de venda e na receita auferida a recuperação de alguns custos, dentre eles: (i) custo e remuneração do investimento (taxa interna de retorno); (ii) custos de conexão e uso do sistema de distribuição e transmissão; (iii) custos de seguros e garantias da usina; e (iv) tributos e encargos diretos e indiretos necessários à execução do objeto dos contratos de venda de energia elétrica.

As receitas oriundas dos reembolsos dos custos com operação e manutenção e combustíveis são reconhecidas progressivamente quando os riscos significativos e os benefícios relacionados com a energia elétrica são transferidos para o comprador, após sua autorização formal, conforme previsto em contrato mencionado na nota explicativa nº 1.

Receita com venda de energia (obrigação de desempenho em momento do tempo): refere-se à receita variável. Toda a energia firme gerada é transferida para a Eletronorte, com compromisso mensal de entrega de 60 MW médios.

A receita é reconhecida na extensão em que se transfere o controle do produto ou serviço e quando puder ser mensurada de forma confiável. É mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A controlada CEM avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia e suas controladas são os seguintes:

(a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras	As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de “liquidação” para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.
Alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos	A Responsabilidade de Locação numa Venda e Relocação (Emendas à IFRS 16) exige que um vendedor-locatário mensure subsequentemente os passivos de locação decorrentes de uma relocação de uma forma que não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda relacionada com o direito de utilização que retém. Os novos requisitos não impedem que um vendedor-locatário reconheça nos lucros ou prejuízos qualquer ganho ou perda relacionado com a rescisão parcial ou total de um contrato de locação.
Alterações ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras	Apenas “covenants” que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório. Esses “covenants” afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do “covenants” é avaliado apenas após a data do relatório. O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um “covenants” após o período de relatório.
Alterações ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e; CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros; Evidenciação	A entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez.

No exercício corrente a Companhia aplicou uma série de alterações aos Pronunciamentos Contábeis que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1º de janeiro de 2024. A sua adoção não teve impacto significativo nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

(b) Alterações em pronunciamentos com vigência a partir de 2025:

Norma	Descrição da alteração
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras consolidadas.
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Alterações em situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou "joint venture". Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou "joint venture" contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou "joint venture".
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Divulgação nas demonstrações contábeis de informações que permitam que os usuários avaliem a significância do instrumento financeiro e a natureza e a extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros ao fim do período contábil.
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Apresentação de informações pertinentes e úteis aos usuários das demonstrações contábeis para avaliação dos valores, época e incerteza dos fluxos de caixa futuros da entidade.

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as novas alterações acima listadas, já emitidas e ainda não aplicáveis. A Administração não espera que a adoção dessas normas tenha efeito significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas diretas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	Percentual de participação	
	31/12/2024	31/12/2023
	Direta	Direta
<u>Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCH)</u>		
Água Limpa Energia S.A.	69,44%	69,44%
Areia Energia S.A.	69,44%	69,44%
<u>Termoelétricas (UTE)</u>		
Companhia Energética Manauara	99,52%	99,52%

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas uniformemente nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Todos os saldos e transações entre as empresas e saldos residuais de ativo diferido das controladas foram eliminados na consolidação.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa e bancos	-	-	11	4
Aplicações financeiras de alta liquidez	<u>103</u>	<u>2.856</u>	<u>37.155</u>	<u>30.567</u>
Total	<u>103</u>	<u>2.856</u>	<u>37.166</u>	<u>30.571</u>

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a Fundo de Investimento, com rendimento de 105,98% da remuneração dos Certificados de Depósito Interfinanceiros (CDI) em 2024 e operações compromissadas com taxa de 90% a 98% dos CDI em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

6. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Valores a vencer	46.379	46.742

Os saldos a receber são, na sua totalidade, com a Eletronorte e com a ENBPar e não contêm valores vencidos, mas somente valores a vencer em menos de dois meses.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que se mostram imateriais e controláveis.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
PIS sobre faturamento	-	-	174	1554
COFINS sobre faturamento	-	-	5.560	2.064
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	1577	3.300	1.865	6359
Outros	378	-	718	29
Total	1.955	3.300	8.317	10.006

Os saldos de COFINS e PIS são oriundos, substancialmente, da controlada CEM e referem-se as retenções de recebimentos da Eletronorte, os quais são compensados com obrigações de tributos federais.

A administração através de suas projeções entende que todo os saldos de impostos a recuperar serão compensados no transcorrer de 2025.

8. ARRENDAMENTO A RECEBER

Com base nas considerações da nota explicativa nº 3, a controlada CEM reconheceu, pelo valor presente das contraprestações em aberto, o instrumento financeiro decorrente do arrendamento, líquido de impostos, como contas a receber.

A tabela a seguir apresenta uma análise de vencimento dos recebíveis de arrendamento, demonstrando os pagamentos não descontados do arrendamento que serão recebidos após a data-base:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Ano de vencimento	-	-
2024	-	62.386
2025	26.178	26.178
Subtotal	26.178	88.564
Ajuste ao valor presente	(502)	(4.976)
Total	25.676	83.588
Circulante	25.676	62.386
Não circulante	-	21.202
Total	25.676	83.588

A movimentação do saldo está apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	137.267
Reversão de ajuste a valor presente	8.806
Baixa por realização	(62.485)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	83.588
Reversão de ajuste a valor presente	4.474
Baixa por realização	(62.386)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	25.676

Em 31 de dezembro de 2024, a Controlada CEM reconheceu uma receita de juros sobre recebíveis de arrendamento de R\$4.474 (R\$8.806 em 2023).

9. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar				
Global Participações em Energia S.A.	54.239	32.555	54.239	32.555
RPE - Produtora de Energia Elétrica	-	-	1.844	4.380
Fernando W. Magalhaes Filho	6.094	3.658	6.094	3.658
Maria das Graças B. N. Fernandes	-	-	34	177
José Cordeiro de Almeida Neto	201	120	201	120
Total dividendos a pagar	60.534	36.333	62.412	40.890

Remuneração de empregados e dirigentes

Os honorários da Administração das Controladas são fixados em assembleia geral de acionistas, enquanto a remuneração individualizada, tanto fixa quanto variável, da diretoria executiva é determinada pelo Conselho de Administração.

Durante o exercício de 2024 foram pagos:

A Companhia não remunera seus administradores, por política a remuneração ocorre por outras Companhias do mesmo grupo econômico.

Para CEM - montante de R\$2.541, sendo R\$2.249 de remuneração fixa e R\$292 de remuneração variável (em 2023, R\$1.094, sendo R\$817 de remuneração fixa e R\$277 de remuneração variável).

Para ARE - o montante R\$357, sendo R\$330 de remuneração fixa e R\$27 de remuneração variável (R\$392 em 2023, sendo R\$239 de remuneração fixa e R\$153 de remuneração variável).

Para AGL - o montante de R\$420, sendo R\$330 de remuneração fixa e R\$90 de remuneração variável (R\$392 em 2023, sendo R\$239 de remuneração fixa e R\$153 de remuneração variável).

A Companhia e suas controladas não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações.

10. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento a fornecedor	18	477
Despesas antecipadas	1.319	2.322
MRE - Mecanismo de Realocação de Energia (a)	2.776	-
Receita de sub-rogação - CPC 48 (b)	-	5.944
Outras contas a receber	50	53
Total	4.163	8.796

- (a) Corresponde a um consórcio nacional das geradoras de energia proveniente de fonte hidráulica, que, quando um dos consorciados não conseguir suprir a energia contratada, o consórcio fornece a energia complementar, assim como o excesso de geração é disponibilizado ao consórcio. Deste modo, no ano de 2023 a controlada ARE teve balanço negativo nas operações do MRE, enquanto a AGL teve um balanço negativo. No Mercado de Curto Prazo e repactuação do risco hidrológico, foi registrado, portanto, uma receita na rubrica "MRE" na ARE e um custo na AGL. Os valores são liquidados no ano seguintes, em 12 parcelas igual e atualizadas pelo IGPM.
- (b) A Companhia implantou com a conversão dos motores em 2021 o CPC48 - Instrumentos Financeiros, pelo qual todos os custos da conversão foram reconhecidos no resultado à medida que cada motor convertido entrava em operação. Da mesma maneira, a receita de sub-rogação referente ao reembolso da CCC foi reconhecida no contas a receber como prestação de serviços à Wärtsilä e avaliada pelo CPC 47 Receita de Contrato com Clientes, que recebeu mensalmente até maio de 2024. Ver nota explicativa nº 1 para mais esclarecimentos.

11. INVESTIMENTOS

Participação em sociedades controladas

	Data-base	Quantidade de ações	Participação da TEP	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro líquido
Companhia Energética							
Manauara	31/12/2024	15.000	99,52%	15.000	133.830	(66.773)	66.451
Água Limpa Energia S.A.	31/12/2024	41.288	69,44%	41.288	60.106	(32.778)	35.270
Areia Energia S.A.	31/12/2024	39.954	69,44%	39.954	55.458	(24.328)	27.335
Companhia Energética							
Manauara	31/12/2023	45.000	99,52%	50.000	164.152	(147.551)	123.556
Água Limpa Energia S.A.	31/12/2023	41.288	69,44%	41.288	57.615	(41.757)	35.030
Areia Energia S.A.	31/12/2023	39.954	69,44%	39.954	52.451	(32.020)	26.662

Movimentação dos investimentos em controladas

	Controladas			Total
	AGL	ARE	CEM	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	44.679	40.142	187.244	272.065
Resultado de equivalência patrimonial	24.325	18.514	122.963	165.802
Dividendos recebidos	(28.995)	(22.235)	(146.844)	198.074
Saldo em 31 de dezembro de 2023	40.009	36.421	163.363	239.793
Resultado de equivalência patrimonial	24.492	18.981	66.132	109.605
Dividendos recebidos	(22.761)	(16.893)	(66.452)	(106.106)
Resgate de ações	-	-	(29.856)	(29.856)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	41.740	38.509	133.187	213.434

12. IMOBILIZADO

	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Reservatório, barragens e adutoras	Computadores e periféricos	Adiantamento a fornecedor e Almoarifado	Imobilizado em curso	Veículos	Montagens e instalações	Total
Taxa de depreciação anual	(*)	(*)	10%	(*)	(*)	20%	-	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.313	42.173	376	97.238	97.228	653	13.328	6	65	45	252.425
Adições	-	-	-	272	-	147	-	-	243	111	773
Baixa	-	-	-	-	-	(8)	-	-	(65)	-	(73)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.313	42.173	376	97.510	97.228	792	13.328	6	243	156	253.125
Adições	-	-	-	111	-	34	-	-	-	-	145
Baixa	-	-	(9)	(4)	-	(57)	-	-	-	-	(70)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.313	42.173	367	97.617	97.228	769	13.328	6	243	156	253.200
Depreciação acumulada											
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(689)	(21.827)	(323)	(51.276)	(50.804)	(369)	-	-	(54)	(1)	(125.343)
Adições	(32)	(1.313)	(20)	(3.033)	(2.404)	(106)	-	-	(46)	(4)	(6.958)
Baixa	-	-	-	-	-	4	-	-	55	-	59
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(721)	(23.140)	(343)	(54.309)	(53.208)	(475)	-	-	(100)	(5)	(132.242)
Adições	(27)	(1.142)	(16)	(2.704)	(2.022)	(149)	-	-	(49)	(16)	(6.125)
Baixa	-	-	8	3	-	52	-	-	-	-	63
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(748)	(24.282)	(351)	(57.010)	(55.230)	(572)	-	-	(149)	(21)	(138.304)
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2024	565	17.891	16	40.607	41.998	197	13.328	6	94	135	114.896
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2023	592	19.033	33	43.201	44.020	317	13.328	6	143	151	120.883

(*) A depreciação acumulada é calculada levando em conta a vida útil econômica dos bens, desde que limitada ao prazo de autorização como produtor independente. A vida útil econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso, e estão apresentados pela taxa média de 2,08% na AGL e 2,18% na ARE. As taxas médias anuais de depreciação, em razão da nova vigência no prazo da autorização regulatória até 15/05/2045 para AGL e 19/08/2045 para ARE, foram revisadas a partir de outubro de 2023, reduzindo o valor da cota anual de 2024 em relação a 2023.

(**) Estoque com expectativa de utilização com mais de 12 meses, conforme estabelece o pronunciamento técnico CPC 27 - Imobilizado, item 8.

Perdas por redução ao valor recuperável (“impairment”)

Caso ocorra indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no teste de recuperabilidade dos ativos para constatar se esse potencial incremento no valor total do ativo seria recuperável.

A Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia e suas controladas continuarão a monitorar os resultados dos próximos períodos, a fim de acompanhar a razoabilidade das premissas e projeções futuras utilizadas.

13. INTANGÍVEL

	Taxas anuais de amortização	2024		2023
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
<u>Controladora</u>				
Direitos de outorga	4,8%	4.100	(2.728)	1.372
<u>Consolidado</u>				
Direito de uso de software	20%	55	(45)	10
Direito de passagem - servidões	4,8%	26	(16)	10
Direito de outorga	4,8%	4.100	(2.728)	1.372
Direito das autorizações	4,12% e 4,08%	9.717	(1.573)	8.144
Total		13.898	(4.362)	9.536

Gastos com direito de uso de software, direito de passagem na constituição de faixa de servidão para as linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Controlada ARE e direito de outorgas correspondente a 70% dos direitos das PCHs Água Limpa e Areia, adquiridos pela TEP conforme “Contrato Particular de Cessão de Direitos e Outros Pactos” firmado com RPE - Produtora de Energia Elétrica Ltda., deduzidos da amortização acumulada, calculado de forma linear pelo prazo remanescente de autorização, a partir da data de entrada em operação das PCHs.

O direito de autorizações, formado pela extensão das autorizações da resolução homologatória 2.932/2021, está sendo amortizado à taxa de 4,12% a.a. (AGL) e 4,08% a.a. (ARE) em 2024 e 4,89% a.a. (AGL) e 4,85% a.a. (ARE), em 2023, de acordo com o período de vigência dos contratos de venda de energia, até 15/05/2045 (AGL) e 19/08/2045 (ARE). Ver nota explicativa nº 1 para mais informações.

A movimentação do saldo do intangível foi assim constituída:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.763	10.793
Amortização	(195)	(669)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.568	10.124
Amortização	(196)	(586)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.372	9.536

14. FORNECEDORES

	Consolidado	
	2024	2023
Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (a)	3.047	3.063
Wartsila (Brasil e Finlândia)	2.552	4.994
Outros fornecedores	1.313	1.010
Total	<u>6.912</u>	<u>9.067</u>
Circulante	6.912	9.067

- (a) A controladas AGL e ARE aderiram à repactuação do risco hidrológico em 2016, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor, mediante pagamento de prêmio de risco à Conta Bandeiras (gerida pela CCEE), no valor de R\$9,50/MWh (data-base de janeiro de 2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até 21/12/2040 (AGL) e 25/02/2041 (ARE).

15. IMPOSTOS DIFERIDOS

	31/12/2024	31/12/2023
Participação nos lucros e resultado	(210)	(132)
Pesquisa e desenvolvimento	(779)	(1.128)
Reconhecimento do arrendamento mercantil (a)	2.896	9.280
Outras diferenças temporárias	-	522
Total	<u>1.907</u>	<u>8.542</u>
Efeito no resultado	6.635	5.861

- (a) Os impostos diferidos passivos sobre o reconhecimento do arrendamento, IRPJ e CSLL, foram reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, associadas a ajustes decorrentes da adoção do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) Operações de Arrendamentos, calculados à alíquota fiscal combinada efetiva de 15,25%, devido ao incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda.

16. CONTINGÊNCIAS

A Companhia está exposta a contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal dos negócios. A política de provisões adotada considera as chances de perdas nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da Administração e de seus assessores legais.

As principais demandas judiciais são as seguintes:

- a) As controladas AGL e ARE são autoras de ação de desapropriação por utilidade pública em trâmite na Justiça Estadual de Tocantins de parte da área onde está localizada a PCH. O objeto da ação é a determinação do valor de avaliação do imóvel, destinado às instalações da PCH. Contudo, a Companhia já tem a posse das áreas envolvidas.

Não há processos avaliados, pelos assessores jurídicos, como perda provável, nas esferas: trabalhista, cível e de natureza tributária, desta forma nenhuma provisão para perdas necessita ser constituída.

- b) Na controlada CEM as contingências classificadas como possíveis estão evidenciadas nesta nota. Esses processos se encontram em discussão nas esferas administrativas e/ou judicial, em diversas instâncias.
- c) Na controladora CEM os processos avaliados pelos assessores jurídicos como perda possível, que não requerem a necessidade de provisão seriam: processos de natureza tributária no montante de R\$20.302.

Depósito judicial

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Processos tributários (a)	-	-	15.822	15.688
Processos cíveis	492	492	722	722
Total	492	492	16.544	16.410

- (a) Mandado de Segurança Preventivo com Pedido Liminar, impetrado contra ato do Delegado da RFB em Manaus, requerendo a declaração de não incidência do IRPJ e CSLL sobre o valor recebido pela Companhia, referente aos juros de mora e correção monetária, em relação ao processo judicial nº 0046663-52.2011.8.07.0001.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia no montante de R\$106.002 está representado 106.002.000 ações ordinárias, sem valor nominal e distribuído da seguinte forma:

Acionista	Quantidade de ações	%
Global Participações em Energia S.A.	94.978.110	89,6003%
Fernando W. Magalhaes Filho	10.671.751	10,0675%
Jose Cordeiro de Almeida Neto	352.139	0,3322%
Total	106.002.000	100%

b) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social; após esta destinação, o saldo remanescente, sem limite estabelecido, terá a aplicação que a Assembleia Geral definir.

Em 31 de dezembro de 2024, não foi constituída a reserva legal em função do limite já ter sido atingido (em 2023, R\$3.494).

Reserva de lucros retidos

A Companhia destinou à conta de reserva de lucros (lucro retido) o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, no valor de R\$33.466 (R\$112.708, em 2023) observado o disposto no artigo 194 da Lei nº 6.404/76.

Excesso de reservas de lucros

Conforme determina a Lei das S.A. em seu artigo 199, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia dispunha de reserva de lucros de R\$54.666, não havendo necessidade de aplicar a exigência do referido artigo.

c) Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, diminuído da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais, bem como dos demais ajustes previstos no artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

<u>Deliberação</u>	<u>Natureza de remuneração</u>	<u>Valor deliberado</u>	<u>Valor por ação</u>
<u>2023</u>			
RCA de 27 de março de 2023	Dividendos intermediários	8.649	0,082
AGO de 31 de março de 2023	Dividendos adicionais	59.418	0,561
RCA de 6 de dezembro de 2023	Dividendos intermediários 1º semestre/2023	20.000	0,189
<u>2024</u>			
RCA de 2 de janeiro de 2024	Dividendos Intercalares 3º trimestre/2023	20.000	0,388
AGOE de 9 de abril de 2024	Dividendos adicionais	110.276	2,140
RCA de 28 de outubro de 2024	Dividendos Intercalares 2024	70.000	1,358
		<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo dividendos a pagar 2022		52.286	55.842
Dividendos propostos referente a 2022		68.066	77.700
Dividendos Intermediários 2023		20.000	33.477
Juros sobre capital próprio de 2022		-	144
IRRF sobre juros sobre capital próprio 2022		-	(22)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2023		17.569	17.569
Dividendos pagos		(121.588)	(143.819)
Saldo dividendos a pagar 2023		36.333	40.891
Dividendos propostos referente a 2023		112.708	117.566
Dividendos Intermediários 2024		70.000	78.132
Juros sobre capital próprio		-	93
IRRF sobre juros sobre capital próprio		-	(13)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2024		-	4.689
Dividendos pagos		(158.507)	(178.946)
Saldo dividendos adicionais a pagar 2024		<u>60.534</u>	<u>62.412</u>

Lucro por ações

O lucro básico e diluído por lote de mil ações dar-se-á da seguinte forma:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	103.466	153771
Média ponderada de ação por lote de mil	<u>106.002</u>	<u>106.002</u>
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	<u><u>0,976</u></u>	<u><u>1,451</u></u>

Base para dividendos mínimos obrigatórios

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	103.466	153.771
Reserva legal	-	(3.494)
Base para dividendos	<u>103.466</u>	<u>150.277</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u><u>25.867</u></u>	<u><u>37.569</u></u>

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e os valores refletidos no resultado do exercício é demonstrada como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	107.500	159.267	130.332	180.421
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL	(36.550)	(54.151)	(44.313)	(61.343)
Diferenças temporárias e permanentes				
Resultado de Equivalência	37.266	56.373	-	-
Juros sobre capital próprio	(6.513)	(10.130)	31	49
Atualização Saldo Recebido CCC	-	-	-	15.615
Incentivo fiscal de imposto de renda	-	-	-	12.092
Demais adições e exclusões	<u>1.763</u>	<u>2.412</u>	<u>(1.638)</u>	<u>7.255</u>
Impostos correntes sobre lucro real	<u><u>(4.034)</u></u>	<u><u>(5.496)</u></u>	<u><u>(45.920)</u></u>	<u><u>(26.332)</u></u>
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	-	-	38.505	19.128
Imposto de renda e contribuição social	(4.034)	(5.496)	(26.326)	(25.158)
Incentivos fiscais do imposto de renda	-	-	12.276	12.093
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	6.635	5.861
Total de imposto de renda e contribuição social no resultado	<u><u>(4.034)</u></u>	<u><u>(5.496)</u></u>	<u><u>(7.415)</u></u>	<u><u>(7.204)</u></u>
Taxa efetiva	3,75%	3,45%	5,69%	3,99%

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita de venda de energia	124.484	126.890
Receita de venda de energia por disponibilidade	59.927	59.827
Mecanismos de realocação de energia - MRE	2.695	(109)
<u>Deduções de venda</u>		
PIS	(3.337)	(3.437)
COFINS	(15.374)	(15.840)
ICMS	(42.807)	(42.515)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(1.536)	(1.573)
Total	<u>124.052</u>	<u>123.243</u>

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Custos e despesas com pessoal e administradores	-	20	(8.759)	(6.279)
Depreciação e amortização	(196)	(195)	(6.712)	(7.627)
Custo de utilização do sistema de distribuição	-	-	(1.237)	(1.198)
Custos com manutenção e operação	-	-	(36.938)	(27.640)
Custos e despesas com seguros	-	-	(2.111)	(2.026)
Despesas com viagens e comunicações	-	-	(533)	(575)
Serviços de terceiros	-	(1)	(1.251)	(1.208)
Assessoria e consultoria	(179)	(183)	(3.104)	(5.454)
Tributos	(1.798)	(25)	3.919	2.800
Resultado de equivalência patrimonial	109.605	165.802	-	-
Outras despesas (receitas)	(43)	(7)	483	(155)
Total	<u>107.389</u>	<u>165.411</u>	<u>(56.243)</u>	<u>(49.362)</u>
Classificados como:				
Custos de operação e manutenção	-	-	(46.384)	(38.220)
Resultado de equivalência patrimonial	109.605	165.802	-	-
Despesas gerais e administrativas	(444)	(391)	(14.949)	(14.140)
Outras receitas operacionais, líquidas	(1.772)	-	5.090	2.998
Total	<u>107.389</u>	<u>165.411</u>	<u>(56.243)</u>	<u>(49.362)</u>

21. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<u>Receitas financeiras</u>				
Rendimento de aplicações financeiras	69	130	5.006	2.834
Atualização Saldo Crédito Habilitado				
PIS/COFINS (a)	-	-	242	2.530
Juros recebidos sobre contrato de mútuo	-	26	-	26
PIS e COFINS sobre receita financeira	(19)	(2.770)	(462)	(5.359)
Correção Receita Financeira "Leasing" CPC 06 (b)	-	-	4.474	8.806
Receita Financeira "Leasing" - CPC 06 (c)	-	-	49.069	52.245
Variações cambiais positivas	-	-	9	27
Outras receitas financeiras, líquidas	289	157	4.917	607
Atualização Saldo Recebido CCC (d)	-	-	-	50.753
Subtotal	<u>339</u>	<u>(2.457)</u>	<u>63.255</u>	<u>112.469</u>
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	-	(2.777)	-	(4.342)
Amortização de custo de captação	-	(733)	-	(1.160)
Juros sobre contrato de mútuo	-	(176)	-	(176)
Variações cambiais negativas	-	-	(290)	(13)
Outras despesas financeiras, líquidas	(228)	(1)	(442)	(238)
Subtotal	<u>(228)</u>	<u>(3.687)</u>	<u>(732)</u>	<u>(5.929)</u>
Total	<u>111</u>	<u>(6.144)</u>	<u>62.523</u>	<u>106.540</u>

- (a) Refere-se à atualização pela SELIC do crédito tributário habilitado na RFB através dos processos decorrentes da decisão judicial.
- (b) Refere-se ao reconhecimento do ajuste a valor presente sobre o arrendamento.
- (c) Refere-se à atualização do arrendamento pelo IGP-M conforme estabelecido em contrato.
- (d) Refere-se ao ganho de ação judicial movida pela CEM contra a Amazonas Distribuidora de Energia S.A., visando a cobrança das parcelas em aberto relativas a combustível.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis de hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos não mensurados a valor justo, se o valor contábil for uma aproximação razoável do valor justo.

Ativos financeiros	Controladora			Consolidado				
	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023		
	CA	CA		CA	VJR	CA	VR	
Caixa e equivalentes de caixa	103	2.856	Nível I	2.711	34.455	3.698	26.873	Nível I
Depósito bancário vinculado	-	-	Nível I	-	-	-	-	Nível I
Contas a receber de clientes e outros	-	-	Nível I	46.379	-	46.742	-	Nível I
Arrendamento mercantil a receber	-	-	Nível I	-	25.676	-	86.588	Nível I
Dividendos a receber	4.268	30.041	Nível I	-	-	-	-	Nível I
Outras contas a receber	-	-	Nível I	4.163	-	8.796	-	Nível I
Total	4.371	32.897	Nível I	53.253	60.131	59.236	113.461	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>		<u>31/12/2024</u>		<u>31/12/2023</u>		
Passivos financeiros	CA	CA		CA	VJR	CA	VR	
Fornecedores	-	-	Nível I	6.912	-	9.067	-	Nível I
Dividendos a pagar	60.534	36.333	Nível I	62.412	-	40.891	-	Nível I
Outros passivos	-	-	Nível I	2.482	-	3.543	-	Nível I
Total	60.534	36.333		71.806	-	53.501	-	

CA - Custo amortizado.

VJR - Valor justo por meio do resultado.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Companhia e suas controladas apresentam exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

Risco de crédito.

Risco de liquidez.

Risco de mercado.

A Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais da Companhia e suas controladas estão expostas, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Controladoria supervisiona a forma como a Administração monitora o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco.

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas, porém não afetadas, aos fatores de risco a seguir:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas.

Para mitigar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e o acompanhamento das posições em aberto. Apesar de haver concentração de contas a receber e receitas decorrentes de clientes, a Companhia e suas controladas entendem que os riscos de inadimplência por parte destes clientes são baixos. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de “rating”.

A Companhia e suas controladas avaliam seus históricos de recebimentos e não identificaram exposição ao risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contrato de garantias financeiras. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, rateia a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia e suas controladas ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a sua reputação.

A abordagem da Companhia e suas controladas na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações que vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a sua reputação.

A previsão de fluxo de caixa é preparada e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Esta previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Companhia e suas controladas, o que garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de 60 (sessenta) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o efeito potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

<u>Passivos financeiros</u>	<u>2025</u>
Fornecedores	6.912
Dividendos a pagar	62.412
Outras contas a pagar	<u>2.482</u>
Total	<u><u>71.806</u></u>

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia e suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas ou ganho por conta das flutuações no câmbio no resultado financeiro, relativas à aquisição de peças em outras moedas.

Taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas cotações de moedas estrangeiras. A Companhia e suas controladas não possui compromissos em valores significativos de compras contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a estes passivos surge em razão da possibilidade de flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os seus saldos. Em 2024 a controlada CEM obteve de variação cambial líquida negativa de R\$281 (Em 2023 variação cambial líquida positiva de R\$14).

Taxa de juros

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia e suas controladas. Para mitigar esse tipo de risco, a Companhia e suas controladas vêm negociando os empréstimos e financiamentos correntes com o objetivo de obter taxas de juros de longo prazo condizentes com o retorno esperado do negócio e centralizando seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI (certificado de depósito bancário) e fundos de renda fixa.

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

A tabela abaixo detalha a análise de sensibilidade da exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros para 31 de dezembro de 2024 considerando percentual de 10%. A análise é preparada assumindo que o valor do instrumento financeiro em aberto no final do exercício esteve em aberto durante todo o exercício seguinte e que obteve um rendimento esperado conforme as taxas de rendimento apresentadas em 31 de dezembro de 2024. O percentual de 10% é a taxa média de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos de variação na taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças do CDI.

Um número negativo indica uma redução no resultado e no patrimônio quando as taxas de juros reduzem em 10% e todas as outras variáveis se mantêm constantes. Para um aumento da taxa de juros no mesmo percentual, haveria um impacto igual e oposto no resultado e no patrimônio líquido.

Saldo de aplicação financeira	CDI em 31/12/2024	Varição de 10% do CDI	Efeito no resultado e no patrimônio líquido
37.155	12,15%	10,94%	(451)

Gestão do capital

A Administração gerencia o capital com o intuito de garantir a continuidade normal dos negócios da Companhia de forma a proporcionar o máximo de retorno aos seus acionistas por meio da otimização da sua estrutura de dívida e capital. A estratégia geral permanece inalterada desde 2023.

O patrimônio líquido inclui capital social e reservas, conforme divulgado na nota explicativa nº 19.

A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento.

Política de preços (ambiente regulatório)

Para CEM

Existe um contrato bilateral entre a controlada CEM e a Eletronorte de fornecimento do que é enquadrado como arrendamento. A controlada CEM não possui proteção para esse tipo de risco, mas entende que qualquer mudança no atual contrato deverá contar com a anuência de ambas as partes.

Para AGL e ARE

O contrato de fornecimento de energia elétrica foi celebrado no ambiente regulatório, no âmbito do PROINFA com a Eletrobras. A Companhia não tem proteção para este tipo de risco, mas entende que qualquer mudança no atual contrato deverá contar com a anuência de ambas as partes e o órgão regulador Aneel.

Quanto à escassez de combustível

A controlada CEM gera energia por meio de UTE. A Eletronorte é responsável pelo fornecimento do gás natural, não sendo a Companhia responsável por esse contrato, atuando apenas no seu consumo para geração de energia. A Companhia entende não haver riscos relevantes que justifiquem o reconhecimento de perdas.

Quanto à escassez de chuva

As controladas AGL e ARE geram energia por meio de uma PCH. Um período prolongado de escassez de chuva reduzirá o volume de água nos reservatórios. Numa situação extrema isso implicaria redução de receita. A fim de mitigar esse risco, as controladas AGL e ARE aderiram ao MRE - Mecanismo de Realocação de Energia, que corresponde a um consórcio nacional das geradoras de energia proveniente de fonte hidráulica, que quando um dos consorciados não consegue suprir a energia contratada, o consórcio fornece a energia complementar, assim como o excesso de geração é disponibilizado ao consórcio. Ademais, as controladas AGL e ARE repactuaram o risco hidrológico em 2016, de modo a transferir para o consumidor o risco de escassez hídrica, mediante pagamento de um prêmio de risco. As controladas AGL e ARE entendem não haver riscos associados em 2023 em função do saldo ser positivo.

Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia e suas controladas, por política, não utilizaram instrumentos financeiros derivativos, desta forma não identificaram nenhum risco decorrente de uma eventual exposição associada a estes instrumentos.

23. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As principais transações que não afetaram o caixa em estão descritas a seguir:

Exercício de 2023 (Consolidado)

Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$2.245 (AGL), R\$2.093 (ARE) e R\$14.136 (CEM).

Exercício de 2024 (Consolidado)

Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$2.794 (AGL), R\$1.682 (ARE) e R\$20.825 (CEM).
